Zimbra

fip.leideinformatica@mctic.gov.br

Consulta Pública DECOD/SEPOD no 01/2018

De : Adolfo Menezes Melito, Equity
<adolfo.melito@equity.org.br>

Seg, 09 de jul de 2018 09:54

Assunto : Consulta Pública DECOD/SEPOD no 01/2018

Para : fip leideinformatica
<fip.leideinformatica@mctic.gov.br>

Prezados Senhores,

A Associação Brasileira de Equity Crowdfunding - EQUITY, referindo-se em particular ao Artigo 15 da minuta de Portaria, ora em consulta pública, reproduzido abaixo, vem, respeitosamente, apresentar sua manifestação:

Art. 15. É de responsabilidade da empresa beneficiária da Lei no 8248/1991 zelar para que o FIP invista os recursos por ela aportados em empresas de base tecnológica e obedeça às restrições de composição de carteira impostas por esta Portaria.

Parágrafo único. Eventual decisão de investimento do gestor em empresa que não atenda aos requisitos acima implica que o recurso específico aportado naquela empresa não poderá ser contabilizado para fins de cumprimento das obrigações da Lei no 8248/1991, independente de culpa.

Entendemos que a empresa beneficiária da Lei de Informática não deve ser responsabilizada pela não correta aplicação dos valores, depositados em fundos de investimento, em empresas de base tecnológica, nem tampouco sofrer restrições, caso o administrador ou gestor do fundo venha a descumprir o que dispõe a Portaria.

A CVM possui regulamentos específicos de Fundos de Investimento (ICVM 555/2014), Fundos de Investimento em Participações (ICVM 578/2016), bem como sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários - administrador fiduciário e gestor de recursos (ICVM 558/2015).

É nosso entendimento que essas instituições e profissionais assumam a responsabilidade pela correta aplicação dos recursos aportados por empresas beneficiárias da Lei de Informática (8248/1991) em empresas de base tecnológica, bem como pela obediência às restrições de composição de carteira impostas pela Portaria MCTIC, responsabilidade essa que poderá ser refletida nas Instruções específicas da CVM, a saber: ICVM 555/2014, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento; ICVM 558/2015, que dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários e ICVM 578/2016, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.

Aproveitamos para cumprimenta-los e parabeniza-los pela edição deste regulamento, que traz uma importante contribuição ao fomento e desenvolvimento de

empresas de base tecnológica no País.

Atenciosamente,

Adolfo Menezes Melito, Vice-Presidente
EQUITY Associação Brasileira de Equity Crowdfunding
011 3040-3046 98207-7460
adolfo.melito@equity.org.br

"Equity Crowdfunding isn't a new way to raise money; it's a whole new way to build a business." **FORBES**